



RELACIONAMENTOS AFETIVO-SEXUAIS DE JOVENS PAIS: PERMANÊNCIAS, RUPTURAS E RESSONÂNCIAS

Laís Oliveira Rodrigues
Paloma Silva Silveira

Este trabalho trata-se de um fragmento de dissertação de mestrado que teve como objetivo investigar as configurações familiares no contexto da paternidade na adolescência. Aqui, pretende-se refletir sobre aspectos referentes às relações afetivo-sexuais dos jovens pais, tendo em vista noções de família e adolescência.

Para trazer à tona estas questões, apoiou-se em Costa (1998) e suas discussões sobre direitos reprodutivos dentro dos embates entre naturalização/essencialização X espaços de problematização e transformações. A autora enfatiza que são os relacionamentos e as atribuições resultantes deles que definem a paternidade e a maternidade, não sendo estas constituídas naturalmente, como comumente se tenta afirmar fazendo uso destas duas instituições como componentes da masculinidade e da feminilidade, respectivamente. Bem como a masculinidade é construída nas relações entre homens e mulheres, homens e homens e mulheres e mulheres, assim também o é com a paternidade.

À luz de tais afirmações, pode-se questionar as noções sobre o ideal de família nuclear, sobre a crença na desestruturação da família e sobre a inadequação da paternidade na adolescência.

Discussões sobre família e paternidade

Em consonância com as idéias de Goldani (1993) e Heilborn (2004), deve-se considerar que não se vive atualmente uma crise da família, ao invés disto há o reconhecimento de outras configurações familiares. Assim, não há o enfraquecimento da instituição familiar, mas a proliferação de outros modelos.

De acordo com Sarti (2003), alguns aspectos contribuíram para o questionamento de concepções naturalizadas de família. Estes aspectos estão relacionados à introdução nesta instituição do que a autora chamou de dimensão da escolha, expressa pela difusão da pílula anticoncepcional e das tecnologias reprodutivas. Destaca-se também a formulação da Constituição Federal de 1988 e do ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente – de 1990. A partir destes documentos, o relacionamento conjugal tornou-se uma sociedade de direitos e deveres entre homens e mulheres e deu-se fim à diferença entre filhos legítimos e ilegítimos.



Ainda segundo Sarti (2003), tais fatores dão origem a um movimento de “desidealização” do mundo familiar, precipitado pela resolução do ECA de acordo com a qual qualquer criança deve ser protegida legalmente contra seus próprios familiares. Entretanto, esta dessacralização da família é acompanhada pela reiteração do direito da criança à convivência familiar. Trata-se de tensões que refletem a permanência desta instituição como objeto de idealizações e a impossibilidade de sustentação da idéia sobre a existência de um modelo adequado de família.

Fonseca (2005) afirma que em todas as camadas da população brasileira, a família possui um valor que depende da categoria social, sempre comportando uma enorme elasticidade. Para os pobres, os sentidos de família encontram-se atrelados às tarefas domésticas do cotidiano e às redes de ajuda mútua. São estas redes, geralmente extensas, que facilitam a sobrevivência, tendo em vista a situação de precariedade econômica. A família se estende nesta partilha de recursos a pais, mães, filhos, tios, primas, avós, comadres, amigos e assim por diante. Cada um freqüentando a casa de todos.

A autora, ressaltando a supremacia das dinâmicas e relações familiares em detrimento de um modelo ou unidade familiar, define “o laço familiar como uma relação marcada pela identificação estreita e duradoura entre determinadas pessoas que reconhecem entre elas certos direitos e obrigações mútuos” (FONSECA, 2005, p. 7). Neste contexto, o que menos se observa são famílias nucleares dentro dos moldes tão propagados, uma vez que esta identificação de laços familiares não suporta apenas, nem irremediavelmente os consangüíneos.

Entretanto, apesar da relevância que assume para as práticas do cotidiano, Fonseca (2007) considera que a família tem sido pouco enfocada como assunto de análise. Nesta perspectiva, a tendência atual dos estudos sobre família engloba dois aspectos: 1) a reificação das chamadas estruturas familiares consideradas determinantes para cada um de seus membros; e, 2) a análise psicológica centrada no indivíduo considerando a coletividade como elemento de apoio ou obstáculo à realização pessoal. Esta observação traz uma proximidade com as conclusões construídas pelos autores que se dedicaram a uma revisão da bibliografia produzida sobre paternidade (LEVANDOWSKI, 2001; LEVANDOWSKI; PICCININI, 2006; UNBEHAUM, 2008): geralmente as produções encontradas versam sobre função/ausência paterna ou questões legais. Estas são tendências passíveis de críticas, especialmente à luz de um pensamento que desconsidera a existência de famílias que sigam uma narrativa linear padrão.

A gravidez na adolescência e, mais especificamente, a paternidade na adolescência convivem com uma série de contradições que envolvem tanto as expectativas sociais quanto as



subjetivas (RADTKE, 2005). Tais contradições se constituem no pano de fundo da vivência das paternidades e podem dar ensejo à produção de sentidos e posicionamentos conflitantes em relação à experiência, ao relacionamento que é estabelecido entre a tríade pai-mãe-filho e às novas possibilidades de arranjos familiares.

Destaca-se também o surgimento da idéia da “nova paternidade”, segundo a qual os pais deveriam se envolver mais afetivamente e ativamente no cuidado dos filhos, participando da educação, alimentação e higiene, atividades anteriormente imputadas apenas às mães (LYRA-DA-FONSECA, 1997). Trindade e Menandro (2002) apontam que, a despeito de sua participação efetiva no cuidado com as crianças, os pais demonstram insegurança a respeito de sua importância e necessidade para a vida dos filhos. Muitos conservam a idéia de que a mãe é o elemento imprescindível para o desenvolvimento infantil, sendo a relação mãe-filho, portanto, insubstituível. As principais tarefas paternas listadas pelos participantes desta pesquisa se referiam à provisão e ao lazer.

Observando esta perspectiva, pode-se ter uma idéia de alguns dos aspectos que negam a legitimidade da paternidade na adolescência, na medida em que se conjugam fatores ligados à masculinidade, à paternidade e à adolescência, de modo a tornar o fenômeno ainda mais invisível e/ou condenável socialmente (LYRA-DA-FONSECA, 1997). Ao mesmo tempo em que são julgados imaturos, irresponsáveis e inseqüentes, a paternidade é considerada o evento que os precipita na vida adulta, conferindo-lhes maior responsabilidade e compromisso (BRANDÃO, 2004; ORLANDI, 2006). Além disto, a paternidade é utilizada e valorizada em nossa sociedade como prova de masculinidade e virilidade, associada à noção de gravidez/reprodução como realização, como critério de saúde e maturidade (BARKER; CASTRO, 2002; COSTA, 2002).

Neste cenário, além de silenciar sobre o universo masculino da experiência, a literatura sobre gravidez na adolescência, como situa Cabral (2002), é, em grande medida, oriunda da área de saúde e caracteriza-se por lidar com concepções homogeneizadoras, padronizadas e negativas em relação ao tema. Considerada uma questão de saúde pública, a gravidez na adolescência tornou-se alvo de discursos e ações que a tomam como um problema social.

Não se deve perder de vista que não existem modelos idênticos de transição da adolescência para a fase adulta, sobretudo em se tratando dos diferentes significados e possibilidades dos adolescentes das diversas camadas sociais. O nascimento de um filho pode remeter, por exemplo, tanto à mudança de *status*, quanto à reafirmação de projetos de mobilidade social, servindo, deste



modo, como estratégia para o alcance de objetivos. A gravidez pode fazer parte da trajetória de vida do adolescente para formar uma família (PANTOJA, 2003).

Contato com jovens pais

Após a autorização para a realização da pesquisa¹, foi iniciado o processo de identificação dos jovens pais que seriam entrevistados. Para isto, foram feitas visitas em cada uma das turmas existentes na instituição para a identificação daqueles que tinham sido pais com idades até 19 anos. Assim, dos 98 jovens do sexo masculino que freqüentavam a instituição, 12 corresponderam a este perfil, sendo que dois deles não eram pais biológicos de seus filhos.

Sob a aplicação do termo de consentimento livre e esclarecido, foram realizadas entrevistas individuais semi-estruturadas com estes 12 jovens pais, que foram gravadas e posteriormente transcritas integralmente. Os entrevistados tinham idades de 16 a 27 anos e se tornaram pais com idades de 15 a 19 anos. Sete dos jovens entrevistados têm um filho, quatro têm dois e um deles tem três filhos. Cinco estão casados, quatro estão solteiros, dois namoram e um refere ter uma ficante fixa².

A sistematização das informações partiu da identificação dos principais eixos temáticos construídos durante as entrevistas, tendo em vista os objetivos da pesquisa e os diálogos empreendidos entre pesquisadora e participante. Os eixos temáticos deram origem a quadros de análise e posteriores categorizações.

Reflexões acerca da família e paternidade na adolescência

Tornar-se pai faz com que o adolescente atinja um outro *status* social. Além de exigir dele uma nova postura associada à paternidade, carregada de maior responsabilidade, engravidar uma mulher poderia ser uma forma de afirmar a masculinidade, a virilidade, a competência sexual – requisitos básicos para a identidade de homem em algumas sociedades (BUSTAMANTE, 2005).

As concepções sobre adolescência expressos pelos jovens durante esta pesquisa podem ser considerados muito próximos dos sentidos largamente disseminados no senso comum e em grande parte dos espaços acadêmicos que seguem uma linha de discussão que tende à essencialização da adolescência (CABRAL, 2002). Apesar das particularidades das próprias vivências, das

¹ A pesquisa foi realizada em uma instituição do governo do Estado de Pernambuco que atendia cerca de 180 jovens, de ambos os sexos, considerados em situação de vulnerabilidade social, com idades de 16 a 14 anos.

² A expressão ficante fixa se refere a um relacionamento sem compromisso assumido, mas que apresenta certa estabilidade sem que isto queira dizer garantia de durabilidade.



discrepâncias entre estas vivências se considerados contextos e classes sociais distintas, nota-se entre os jovens pais pesquisados uma atribuição de características específicas à adolescência, que a delimita e naturaliza como etapa na qual acontecem experiências e comportamentos pré-definidos.

Muitos, como já era de se esperar, percebem a adolescência como etapa delimitada da vida, possuidora de determinadas características e pela qual todos os seres humanos passam, assumindo suas prerrogativas. Em suas falas observa-se que as referências à falta de compromisso e primazia da curtição muitas vezes se mesclam com aquelas que ressaltam a imaturidade e a inexperiência.

De acordo com as idéias que patologizam e tomam a gravidez, a paternidade e a maternidade na adolescência como um problema, os jovens participantes consideram suas idades inadequadas para a paternidade. Neste cenário, os filhos exercem um papel fundamental. É por causa deles que os jovens dizem assumir uma outra postura, diferente daquela esperada de um adolescente. Isto porque as crianças ganham uma importância em função da qual os pais devem agir, especialmente no que se refere à provisão, tornando-se mais comprometidos, maduros e sossegados.

Neste sentido, a paternidade na adolescência para os jovens entrevistados parece apresentar um caráter ambivalente: ao mesmo tempo em que ressaltam aspectos negativos da experiência, também há avaliações positivas. Estas últimas dizem respeito, principalmente, ao alcance de um outro *status* após a paternidade (PANTOJA, 2003), por conta de terem sido capazes de honrar com suas obrigações. Assim, a paternidade para estes pais lhes trouxe dignidade e precipitou a entrada na vida adulta (ORLANDI, 2006). Tais aspectos podem ser traduzidos pelo fato de serem reconhecidos como homens.

Assim também o é com as idéias sobre família. Estas apresentam significativas tensões entre a família que têm e a família que gostariam de ter. Tais tensões podem ser traduzidas através do ideal de família tradicional e das possibilidades de configurações familiares, quase sempre distantes destes ideais. Mesmo trazendo, em suas falas, experiências diversificadas e rupturas com os padrões, os jovens também idealizam e valorizam a família, imputando-lhe qualificativos positivos e hierarquizando a família nuclear numa posição mais elevada. Enquanto isso, nota-se que os outros arranjos podem ser considerados inferiores e menos desejados, aceitáveis apenas na impossibilidade de vivência da família nuclear, evento muitas vezes considerado motivo de lamentação e frustração.

Mesmo que esta não seja a experiência narrada pelos jovens em relação às suas famílias, há uma referência a como eles julgam que ela deveria ser. Os aspectos frisados fazem referência à união, apoio, compreensão e ausência de brigas e desentendimentos. Somam-se a tais elementos, os



sentidos de família associados à noção de lugar de proteção e preparação para a vida. Isto é, a família como responsável pela provisão não só financeira e material, mas de conhecimento e proteção, como deve ser também a paternidade (LONGHI, 2001).

As concepções sobre família entre os jovens vão deste o morar junto até a consideração por afinidade. É comum que nas falas dos jovens pais sobre quem são as pessoas que consideram como sua família serem incluídos amigos e parentes com quem possuem uma relação de afeto e apoio, ao passo que, alguns parentes mais próximos, com quem podem, inclusive, dividir a mesma moradia, são ausentados. Assim, parece que para os jovens, as configurações familiares se constituem dos parentes que podem ser considerados família e das outras pessoas que podem ser consideradas parentes.

No entanto, é importante destacar que tornar-se pai não foi citado como elemento que precipitou modificações nas configurações familiares dos jovens. Ao que parece, as relações afetivo-sexuais são muito mais determinantes para tais mudanças do que o nascimento de um bebê. Este evento implicaria, nas narrativas dos jovens, em modificações no estilo de vida, na adoção de comportamentos mais responsáveis e comprometidos, mas não necessariamente em alterações de suas configurações familiares.

Pode-se supor que esta falta de referência a novas configurações familiares a partir do nascimento de um filho se deva às já citadas tensões entre unidade doméstica e rede familiar, na medida em que, na maioria das vezes, a criança não reside com o jovem. Os arranjos familiares entre os entrevistados é bastante diversificado, independente da paternidade.

Neste ínterim, as mães das crianças são importantes membros da rede de apoio social do jovem no que diz respeito à paternidade. A relação que os jovens mantêm com elas é fundamental para a relação entre pai e filho. Na maior parte das vezes, quando o relacionamento entre mãe e pai é mantido, as possibilidades de convivência e participação do jovem na vida do filho são preservadas. Contudo, quando o filho foi concebido em uma relação passageira ou com o rompimento de um relacionamento estável, seja ele namoro ou casamento, a convivência do jovem pai com o filho fica prejudicada.

Ademais, quando concebidas em relacionamentos estáveis, mesmo que tais relacionamentos não tenham sido conservados, as crianças são assumidas pelos pais não apenas em termos legais, mas também afetivamente. Os jovens fazem referência a estes filhos, ao orgulho, à satisfação e a outros sentimentos positivos, ao contrário do que pode ser percebido entre os jovens que tiveram



filhos em relacionamentos passageiros, apesar de os terem assumido legalmente e de se considerarem responsáveis pela provisão financeira.

Assim, mesmo quando a relação com a mãe da criança não foi mantida, se a gestação ocorreu em um contexto de relacionamento estável, seja ele um casamento ou um namoro, a relação afetiva e o compromisso com o filho parecem mais coesos.

Com exceção de um caso, todos os filhos dos jovens pais entrevistados vivem com as mães, seja em qualquer situação afetiva em que estas se encontram ou em qualquer lugar onde e com quem moram. Em um trocadilho com a noção de circulação de crianças desenvolvida por Fonseca (1995), pode-se falar em circulação de paternidades. Ou seja, as crianças não circulam, circulam os pais. Ser pai é contingente, como o são as relações afetivo-sexuais. São estas, portanto, que dizem das possibilidades familiares e dos posicionamentos, funções e atribuições de cada um como integrantes delas, inclusive os pais biológicos e de consideração. Isto aponta para uma diversidade de arranjos familiares numa mesma trajetória de vida.

As obrigações com os filhos são re-significadas a partir do momento que o plano de família com a mãe biológica da criança se desfaz e abre-se possibilidade para novas relações, novas famílias, novas companheiras, novos filhos e, por conseguinte, novas obrigações. Na circulação de paternidades, há os jovens que se posicionam como pais dos filhos de suas companheiras, mesmo que esta situação possa sofrer modificações a depender do andamento do relacionamento afetivo-sexual com a mãe da criança, e há os pais biológicos que têm os filhos cuidados por outros homens com quem as mães das crianças se relacionam.

Algumas considerações

Pode-se alegar que a paternidade não é uma mera questão de DNA (FONSECA, 2004), mas uma afirmação de compromisso e responsabilidade pautada na construção de relacionamentos entre pais, mães e crianças, a despeito de serem pais e mães do mesmo filho. As crianças circulam junto com as mães nestes relacionamentos e seus cuidados são assumidos por pessoas distintas.

Como sinalizado por Cabral (2002), às exigências da paternidade, mesclam-se os imperativos do consumo, a valorização da escolarização, a necessidade de ajudar a família, os códigos de relações entre os pares etc. Aspectos que, dinamicamente, contribuem para a produção de sentidos entre os jovens. As ideias sobre paternidade, ao mesmo tempo em que valorizam e abordam aspectos positivos da vivência, destacam desvantagens e perdas advindas da situação. A



paternidade, como prova para a reivindicação de um respeito social diferenciado, pode tanto servir ao projeto de mudança de vida, quanto tornar ainda mais saliente as limitações e frustrações.

A paternidade na adolescência se constitui em apenas mais um dos elementos que complexifica e pluraliza a rede familiar, construída a partir de códigos de afeto, suporte e gratidão que ditam as regras de convivência. É neste contexto que surgem as relações afetivo-sexuais e o lugar fundamental que ocupa para a construção dos sentidos e posicionamentos quanto à paternidade. Pode-se destacar, ainda, a pluralidade de possibilidades de configurações familiares e construção de relacionamentos que incluem não apenas pais e filhos, mas também pais e mães das crianças, pais e namoradas, pais e avós materna e paterna e assim por diante.

Tal diversidade aponta para a construção de diferentes sentidos de casamento, família, paternidade e maternidade – dimensões imbricadas e indissociáveis para a compreensão das manutenções e transformações em relação ao modo pelo qual a dinâmica entre eles tem se processado. Revisar o exercício da paternidade é revisar também a masculinidade, a maternidade, a feminilidade e, junto com estes fatores, os padrões sociais de normalidade. É reconhecer as diversas configurações familiares possíveis, questionar e reconstruir os padrões sócio-culturais e introduzir outras práticas e novas linguagens.

Referências Bibliográficas

- BARKER, S. L.; CASTRO, D. M. F. Gravidez na adolescência: dando sentido ao acontecimento. In: JEFFERY, M. L. (coord.); KOLLER, S. H. (org.). **Adolescência e psicologia**: concepções, práticas e reflexões críticas. Rio de Janeiro: Conselho Federal de Psicologia, 2002. p. 78-84.
- BRANDÃO, E. R. Iniciação sexual e afetiva: exercício da autonomia juvenil. In: HEILBORN, M. L. (org.). **Família e sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 63-86.
- BUSTAMENTE, V. Ser pai no subúrbio ferroviário de Salvador: um estudo de caso com homens de camadas populares. **Psicologia em Estudo. Maringá**, v. 10, n. 3, p. 1-19, se/dez, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/pe/v10n3/v10n3a06.pdf>> Acesso em: 16 de fev de 2008.
- CABRAL, C. “Gravidez na adolescência” e identidade masculina: repercussões sobre a trajetória escolar e profissional do jovem. **Revista Brasileira de Estudos de População**. São Paulo, v. 19, n. 2, p. 179-195, jul/dez, 2002.
- COSTA, R. De clonagens e de paternidades: as encruzilhadas do gênero. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 11, p. 157-199, 1998.
- _____. Reprodução e gênero: paternidades, masculinidades e teorias da concepção. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 10, n. 2, p. 1-19, jul/dez, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ref/v10n2/14961.pdf>> Acesso em: 24 de ago de 2008.



FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 1-15, mai/ago, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-12902005000200006&script=sci_abstract&tlng=pt> Acesso em: 08 de jun de 2008.

_____. Apresentação - de família, reprodução e parentesco: algumas considerações. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 29, p. 1-20, jul/dez, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332007000200002> Acesso em: 13 de jun de 2008.

_____. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. A certeza que pariu a dúvida: paternidade e DNA. **Estudos Feministas**. Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 13-33, mai/ago, 2004.

GOLDANI, A. M. O mito da desestruturação. **Caderno Pagu**. Campinas, n. 1, p. 67-110, 1993.

HEILBORN, M. L. Família e sexualidade: novas configurações. In: _____. (org.). **Família e sexualidade**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004. p. 9-14.

LEVANDOWSKI, D. C. Paternidade na adolescência: Uma breve revisão da literatura internacional. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 6, n. 2, jul/dez, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v6n2/7273.pdf>> Acesso em: 27 de set de 2005.

LEVANDOWSKI, D.; PICCININI, C. Expectativas e sentimentos em relação à paternidade entre adolescentes e adultos. **Psicologia: Teoria e Pesquisa**. Brasília, v. 22, n. 1, p. 1-14, jan/abr, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ptp/v22n1/29840.pdf>> Acesso em: 04 de jun de 2008.

LONGHI, M. **Ser homem, pobre e pai**. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2001.

LYRA-DA-FONSECA, J. **Paternidade adolescente**: uma proposta de intervenção. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1997.

ORLANDI, R. **Paternidades nas adolescências**: investigando os sentidos atribuídos por adolescentes pais à paternidade e às práticas de cuidado dos filhos. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006.

PANTOJA, Ana Lúcia Nauar. "Ser alguém na vida": uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. **Cad. Saúde Pública**. Rio de Janeiro, v.19, suppl.2, 2003. Disponível em: <<http://biblioteca.universia.net/ficha.do?id=540989>> Acesso em: 18 de maio de 2005.

RADTKE, F. M. **Adolescência, paternidade e cuidados**: Os sentidos que adolescentes pais atribuem à sua participação nos cuidados dos filhos. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2005.

SARTI, C. Famílias Enredadas. ACOSTA, Ana R.; VITALE, Maria Amália F. (orgs.) **Família: Redes, Laços e Políticas Públicas**. São Paulo: IEE/PUCSP, 2003. p. 21-36.



TRINDADE, Z. A.; MENANDRO, M. C. S. Pais adolescentes: Vivência e significação. **Estudos de Psicologia**. Natal, v. 7, n. 1, jan, 2002. Disponível em: <
<http://www.scielo.br/pdf/epsic/v7n1/10950.pdf> > Acesso em: 27 de setembro de 2005.

UNBEHAUM, S. Os estudos sobre paternidade nas Ciências Humanas: um breve panorama. **Seminário Homens, Gênero e Políticas Públicas**. Recife, out, 2008. (exposição oral).